

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 11.140 DE 08 DE JULHO DE 2018: Código de Bem-estar Animal da Paraíba

DIRECT UNCONSTITUTIONALITY ACTION OF STATE LAW N. 11.140 OF JULY 08, 2018: Paraíba Animal Welfare Code

Haroldo Camilo dos Santos¹, Kívia de Sousa Ventura², Thainara Lima de Souza Malta³, Geíse
Maria Lins Alves⁴

Resumo: O presente estudo teve o objetivo de analisar os fundamentos utilizados para concessão das medidas cautelares junto a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) da Lei Estadual nº 11.140 de 08 de julho de 2018 pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim como, comparar os argumentos encontrados com aqueles da concessão de liminar pelo STF (Supremo Tribunal Federal) junto a ADIn 6071 – PB. Para tanto, anotações foram feitas após a leitura de cada uma das decisões e as semelhanças e diferenças entre os fundamentos utilizados em ambas as ações. Pareceu existir uma certa sobreposição entre as fundamentações das decisões no Tribunal de Justiça local e na Suprema Corte. Os parâmetros utilizados em ambas foram uma nota técnica do Ministério da Agricultura, alguns dispositivos constitucionais e a lei da Política Agrícola Nacional, não sendo utilizada a constituição do estado da Paraíba como parâmetro. Em sua decisão, o STF entendeu que o referido artigo apresenta inconstitucionalidade por invasão da competência da união para editar normas para produção, consumo e proteção ambiental.

Palavras-chave: Bem-estar Animal. Lei Estadual. Liminar. Inconstitucionalidade.

Abstract: The objective this study was to analyze the grounds used for granting precautionary measures with the Direct Action of Unconstitutionality (ADIn) of State Law number 11.140 of July 8, 2018 by the Court of Paraíba State, as well as compare the arguments found with those of the injunction granted by the Supreme Court (Supreme Court) to ADIn 6071 - PB. For this, notes were made after reading each decision and the similarities and differences between the fundamentals used in both actions. There seemed to be some overlap between the grounds of the decisions before the local Court and the Supreme Court. The parameters used in both were a technical note from the Ministry of Agriculture, some constitutional provisions and the National Agricultural Policy law, and the constitution of the state of Paraíba was not used as a parameter. In its decision, the Supreme Court considered that the aforementioned article is unconstitutional due to invasion of the union's competence to edit norms for production, consumption and environmental protection.

Keywords: Animal Welfare. State Law. Injunction. Unconstitutionality.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus Sousa

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus Sousa

³ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus Sousa

⁴ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus Sousa